

O PAÍS NA ENCRUZILHADA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista - UNIP e Escola de
Comando e Estado Maior do Exército - ECEME, Presidente da Academia
Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da
Federação do Comércio do Estado de S.Paulo.

Nos últimos dias, tive oportunidade de conversar com dois dos mais competentes economistas brasileiros, Roberto Campos e Samuel Hannan, assim como ler trabalhos por eles elaborados.

Roberto Campos, em artigo recentíssimo, entende esgotado o modelo presidencialista e propugna abertamente pela adoção do regime parlamentar de Governo, como forma de salvar o Brasil de uma inescrupulosa luta.

De rigor, o parlamentarismo com dissolução incondicionada do Congresso, em casos de sucessivas quedas de Gabinete, com voto distrital e fidelidade partidária, com Banco Central autônomo e burocracia profissionalizada, funciona em todos os países civilizados do mundo, exceção feita aos Estados Unidos. É o mais

democrático dos regimes. O parlamentarismo é o governo da "responsabilidade a prazo incerto" --só se sustenta um gabinete responsável-- enquanto o presidencialismo é o governo da "irresponsabilidade a prazo certo" --eleito um irresponsável ou o país se afunda, ou vive o trauma do "impeachment", à falta de mecanismos constitucionais de alternância no poder.

As conclusões, todavia, que levaram o eminente brasileiro a propugnar pelo parlamentarismo não são diferentes daquelas de Samuel Hannan, vice-governador do Amazonas, único Estado que não apresenta "deficit público" no concerto nacional.

Em relatório que me mostrou, em análise macroeconômica, apresenta dramáticos indicadores, entre outros, como a queda do PIB, elevação do "deficit" em transações correntes, evolução negativa da balança comercial, aumento do desemprego, aumento da carga tributária, violenta recessão, além de outros.

Confortou-me, ao ler os dois eminentes mestres, ver que suas conclusões não diferem daquelas que há anos venho tentando mostrar --desde o meu artigo "Protecionismo às avessas" publicado em revista especializada, tão logo o Ministro Ciro Gomes escancarou de vez com as barreiras alfandegárias do país, reduzindo o imposto de importação de 13.000 produtos, sem solicitar contrapartida de qualquer país. O sucateamento do parque empresarial brasileiro e a brutal desnacionalização dos

grupos que tinham permitido o crescimento do país até então, em tempos de alta inflação, foi o alto preço pago pela nação.

É bom dizer que o país nunca teve um processo "hiperinflacionário", mas apenas "superinflacionário". Naquele, o aviltamento da moeda provoca a desorganização da economia. A economia brasileira nunca se descompassou, em época da inflação elevada, pois tinha um elemento corretivo, não ideal é verdade, mas capaz de manter o país em atividade, que era a indexação. Servia para a Economia, como a insulina para o diabético.

Hoje, vivemos uma desastrosa realidade. Das cinco reformas estruturais, duas delas ficaram aquém do desejado (previdência e administrativa) e os projetos das outras três (tributária, Judiciário e política) não são bons.

Por outro lado, o presidente da República é refém de seus aliados (PFL e PMDB) e seu partido não tem densidade suficiente para impor um programa sólido de governo.

Por fim, o corporativismo oficial interdita toda a tentativa de reduzir o tamanho do Estado e da Federação, com o que o esforço nacional da sociedade é cada vez maior para manter apenas vantagens para burocratas e políticos.

As reportagens do "Estado" sobre a previdência demonstraram de forma gráfica, como o povo esmagado se transformou em escravos

produtores de tributos para sustentar as fantásticas aposentadorias de cada privilegiado no poder.

Parece-me, pois, que, sem forças e em anomia, o país está parado em encruzilhada. Perde, a olhos vistos, competitividade externa, não tem reservas cambiais suficientes e seus grupos nacionais fortes vão desaparecendo, devendo, já a partir do próximo ano, começar a suportar, em seu "balanço de pagamentos", o peso das transferências dos lucros das empresas privatizadas para grupos estrangeiros.

O quadro, portanto, parece-me sem saída, à luz das estruturas institucionais de uma Constituição que beneficiou apenas governantes e não o povo, o atraso e não o progresso, as ideologias ultrapassadas e não os mecanismos de desenvolvimento futuro.

Creio que se o país não começar a realmente enfrentar os fatos, em vez de pretender fantasiá-los com o manto diáfano da inconsistência, certamente começaremos o próximo século com a certeza de que dias piores virão.

SP., /12/99.